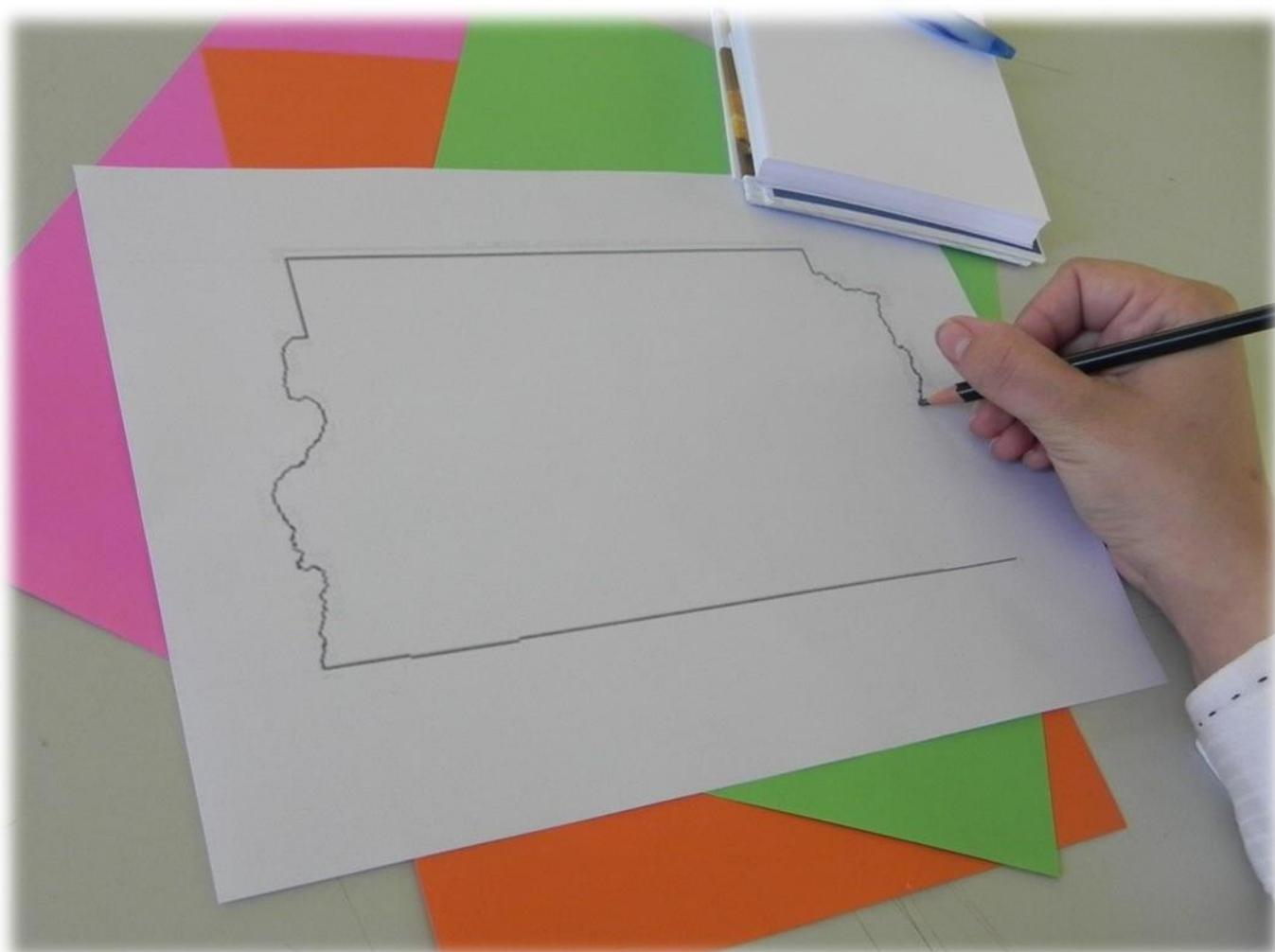


Educação Básica no Distrito Federal

Uma visão do Ideb



AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISTRITO FEDERAL
Uma Visão do Ideb

Brasília
Setembro de 2013

Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan

SAM – Projeção H

Ed. Sede CODEPLAN

CEP: 70620-000 – Brasília-DF

Fone: (0xx61) 3342-2222

www.codeplan.df.gov.br

codeplan@codeplan.df.gov.br

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz – Governador

Nelson Tadeu Filippelli – Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Marcelo Aguiar – Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto – Secretário de Estado

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN

Júlio Miragaya – Presidente

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

Júlio Miragaya – Diretor (respondendo)

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Oswaldo Russo de Azevedo – Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS URBANOS E AMBIENTAIS

Wilson Ferreira de Lima – Diretor

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Salviano Antônio Guimarães Borges – Diretor

SECRETARIA GERAL

Edivan Batista Carvalho – Secretário Geral

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Oswaldo Russo de Azevedo – Diretor

Coordenação Geral

Elizabeth Prescott Ferraz

Equipe Técnica

Maria de Fátima Sobreira Rolim

Edmar Ferreira Souto Mourão Bonfim (estagiário)

Colaboração

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Editoração

Regis Werkhauser Escalante

Revisão

Nilva Lacerda Rios de Castro

Capa

Jamila Zgiet Rodrigues Santos

Relação de Quadros

Quadro 1 – Ideb observado a partir de 2005 e metas até 2021 – Brasil e Distrito Federal.....	22
Quadro 2 – Número de Matrículas na Educação Básica, por Localização e Dependência Administrativa, Distrito Federal – 2010/2012.	24
Quadro 3 – Número de Matrículas na Educação Básica por Modalidade de Ensino, Distrito Federal – 2010/2012.	24
Quadro 4 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono, por Dependência Administrativa, Distrito Federal – 2010 e 2011.	26
Quadro 5 – Ideb observado e metas projetadas até 2011, Distrito Federal.....	30
Quadro 6 – Escolas Públicas Distritais, por Região Administrativa, segundo Localização e Tipologia, Distrito Federal – 2012.....	31
Quadro 7 – Escolas Públicas Distritais por Modalidade de Ensino, segundo a Região Administrativa (RA), Distrito Federal – 2012.....	32
Quadro 8 – Número de Matrículas por Etapa/Modalidade de Ensino, segundo a Região Administrativa (RA), Distrito Federal – 2013.	34
Quadro 9 – Escolas do Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral (PROEITI), Distrito Federal – 2013.....	36
Quadro 10 – Escolas Públicas Distritais de Ensino Fundamental – Anos iniciais que atingiram ou ultrapassaram o Índice 6,0 – Ideb 2011, Distrito Federal.	39
Quadro 11 – Escolas Públicas Distritais de Ensino Fundamental – Anos finais que atingiram ou ultrapassaram o Índice 5,0 – Ideb 2011, Distrito Federal.	40
Quadro 12 – Número de escolas que realizaram a Prova Brasil em 2011 – Anos iniciais e Anos finais, segundo a Região Administrativa (RA), Distrito Federal.	42

Relação de Gráficos

Gráfico 1 – Estabelecimentos de Educação Básica, Distrito Federal – 2012.....	23
Gráfico 2 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono, dos Ensinos Fundamental e Médio, Distrito Federal – 2011.....	25
Gráfico 3 – Taxa de Distorção Idade-Série, Distrito Federal – 2011.	27
Gráfico 4 – Ideb Ensino Fundamental – Séries iniciais, Distrito Federal – 2005 a 2011.	28
Gráfico 5 – Ideb Ensino Fundamental – Séries finais, Distrito Federal – 2005 a 2011.....	28
Gráfico 6 – Ideb Ensino Médio, Distrito Federal – 2005 a 2011.....	29
Gráfico 7 – Unidades Escolares que ofertam jornada de tempo integral, por Coordenação Regional de Ensino (CRE), Distrito Federal – 2013.....	35
Gráfico 8 – Escolas Públicas Distritais, Ensino Fundamental – Anos iniciais, Ideb 2011, Distrito Federal..	37
Gráfico 9 – Escolas Públicas Distritais, Ensino Fundamental – Anos finais, Ideb 2011, Distrito Federal. ...	38

Sumário

<i>Apresentação</i>	11
<i>Sumário Executivo</i>	13
<i>Lista de Siglas e Abreviaturas</i>	14
<i>Introdução</i>	15
<i>Etapas da Educação Básica</i>	17
<i>Composição do Ideb</i>	19
<i>Educação Básica no Distrito Federal</i>	22
<i>Ideb no Distrito Federal</i>	27
<i>Escolas Públicas Distritais por Região Administrativa</i>	30
<i>Ideb 2011 das Escolas Públicas Distritais do Ensino Fundamental</i>	37
<i>Prioridades da Secretaria de Educação do Distrito Federal</i>	43
<i>Considerações Finais</i>	45
<i>Fontes de Pesquisas</i>	48
<i>Anexo</i>	49

Apresentação

"A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa." (Paulo Freire)¹

Assim como o Governo Federal vem fazendo, o Distrito Federal prioriza a abolição da miséria e a redução das desigualdades e da pobreza, com geração de empregos, distribuição de renda e oferta de serviços e benefícios sociais. Vem investindo mais intensamente na geração de conhecimento, com ênfase na qualidade da educação e no acesso à informação, criando as premissas para o desenvolvimento humano sustentável e melhores oportunidades e condições de vida para a população brasiliense.

Uma educação de qualidade é o primeiro passo para um jovem garantir o seu futuro. No Distrito Federal, 76,9% das crianças de zero a três anos não possuem cobertura de creche e 3,3% da população de dez anos ou mais não sabem ler e escrever, de acordo com os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010. Além de erradicar o analfabetismo, é preciso que todas as fases de desenvolvimento da criança e do adolescente tenham atenção especial desde o ensino infantil até a universidade.

É preciso garantir que os jovens saiam qualificados do Ensino Médio, construindo também uma escola técnica profissionalizante em cada Região Administrativa, além de levar o Ensino Superior para fora do Plano Piloto, beneficiando alunos mais carentes.

Valorizar os professores da Educação Básica e priorizar a Educação Integral e a formação técnica profissional para garantir um futuro melhor para nossas crianças e mais oportunidades para nossos jovens. Brasília poderá, assim, transformar-se em um centro de excelência em recursos humanos e em moderna capital do saber.

Um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, subscritos pelo Brasil e outros 192 países, é atingir o ensino básico universal. Para que essa meta seja alcançada até 2015 com ensino de qualidade, a avaliação da educação é um importante instrumento de revisão da política adotada. Por meio da avaliação, é possível repensar as metodologias de ensino e adotar

¹ Freire, Paulo. Educação como prática para a liberdade. Pág.: 104. 25ª edição – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

estratégias efetivas de manutenção das crianças e dos adolescentes na escola, trabalhando suas perspectivas de vida e o seu protagonismo.

Historicamente, o sistema educacional brasileiro apresenta muitas deficiências: pouco eficiente em sua capacidade de produzir concluintes na idade correta, devido à evasão e à reprovação escolar. A criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2006 e do Piso Nacional do Professor em 2008 foram importantes iniciativas para a melhoria do sistema.

Há, entretanto, um alto percentual de alunos com idade superior à recomendada em cada nível de ensino. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o DF apresentou distorção idade-série de 17,3% no Ensino Fundamental e de 28% no Ensino Médio em 2011. Essa distorção caiu no período 2006-2011, o que sugere uma diminuição na quantidade de alunos matriculados em classes não compatíveis com sua idade.

As taxas de evasão e de reprovação escolar afetam diretamente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), reduzindo a nota de qualidade da educação nas escolas. O Ideb é calculado de dois em dois anos a partir da avaliação dos alunos nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio.

O Ideb do DF, em 2011, apresentou índices superiores aos do Brasil em todas as etapas da Educação Básica. Ao lado da Educação Integral e outras iniciativas em curso, para alcançar as metas em 2013, temos que investir mais na qualidade do ensino.

Este estudo, realizado pela Codeplan, por meio de sua Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, constitui uma contribuição técnica para subsidiar a melhoria da Educação Básica no Distrito Federal.

Oswaldo Russo

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Sumário Executivo

O presente trabalho foi realizado com o propósito de reunir informações em busca de um perfil mais atual da Educação Básica no Distrito Federal. Como principal foco, destaca os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado para acompanhar as metas de qualidade, estabelecidas bienalmente, a serem atingidas por todas as escolas do país. As fontes são do Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. As escolas públicas do Distrito Federal são distinguidas por tipologia, por oferta das modalidades de ensino, matrículas ofertadas e melhores índices de desempenho educacional. São registrados, ainda, os percentuais das escolas que atingiram ou não as metas e as que não receberam o Ideb em 2011. Seu objetivo é trazer à luz os dados disponíveis sobre a realidade fática, positivos ou não, de forma a instigar estudos futuros por meio de pesquisas mais detalhadas, de maneira a orientar as políticas públicas de Educação.

Lista de Siglas e Abreviaturas

Aneb – Avaliação Nacional da Educação Básica

Anresc – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar

CEP – Centro de Educação Profissional

CRE – Coordenação Regional de Ensino

DEED – Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep

DF – Distrito Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

Fundeb - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PNE – Plano Nacional de Educação

PROEITI – Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral

RA – Região Administrativa do Distrito Federal

Saeb – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento

SEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SIA – Setor de Indústria e Abastecimento

SUBEB – Subsecretaria de Educação Básica

Introdução

Inegável é a importância que a formação educacional tem na construção e no desenvolvimento de um país, que respeita seus cidadãos e dá oportunidades iguais para todas as classes sociais. *“Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante.”*, já dizia Paulo Freire ² sobre o papel crítico do educador e da educadora na sua tarefa político-pedagógica.

Desde o início da vida precisamos aprender para continuar dando passos que nos levam a trilhar caminhos futuros. A formação do ser humano começa na família – é um caminho que busca fazer da criança um ser civilizado. A escola participa desse processo. A partir do conhecimento adquirido na escola, o aluno se prepara para a vida. Passa a ter o poder de se transformar e de modificar o mundo onde vive.

A educação escolar, que detém a incumbência de transmitir o conhecimento científico, deve ainda preparar as pessoas para o exercício da cidadania. Cidadania no sentido do pleno exercício de direitos e deveres, conforme previstos pela Constituição da República. Somente por meio do conhecimento, do domínio do saber, da qualificação e do aprimoramento profissional, é possível ter acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade e elevar a qualidade de vida. A Educação é, portanto, um dos instrumentos essenciais de desenvolvimento humano e de promoção social, ao permitir que as pessoas e nações realizem os seus objetivos, busquem a ampliação das liberdades para fazerem escolhas, e, conseqüentemente, conquistem uma cidadania digna.

O direito à Educação está estabelecido na Constituição Federal de 1988. É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios proporcionar os meios de acesso à Educação. O artigo 205 afirma: “A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. Por sua vez, o artigo 207 estabelece que a Educação Básica, entendida desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, seja obrigatória, gratuita e assegurada, inclusive, para todos os que não tiveram acesso na idade apropriada. A lei estabelece, ainda, atendimento especializado a pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; o atendimento em creche e pré-escola a crianças de zero a cinco anos de idade; o

² FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Pág.: 112-3. 41ª Reimpressão – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

apoio ao estudante por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde e o direito de organização e de participação em entidades estudantis.

Os principais instrumentos norteadores da educação brasileira são: a **Lei nº 9.394/1996**, que trata das Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) – na qual detalha e disciplina a educação escolar e delega à União “a coordenação da política nacional de Educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” – e o Plano Nacional de Educação (PNE), objeto da **Lei nº 10.172/2001**, “com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em Regime de Colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), **Lei nº 8.069/1990**, no que diz respeito ao direito à Educação, apregoa, no capítulo IV, artigo 54, que o “não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente”. O artigo 55 determina que os pais, ou o responsável, tenham a obrigação de matricular as crianças e os jovens em idade escolar na rede regular de ensino.

O sistema brasileiro de ensino regular compreende a Educação Básica e a educação superior, cabendo ao governo federal atuar no ensino superior e prestar assistências técnica e financeira às esferas estadual e municipal. Aos estados e ao Distrito Federal, cabem as responsabilidades da oferta dos ensinos fundamental e médio e, aos municípios, a oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, todos com o apoio da União e dos estados, conforme preconiza a Carta Magna.

A mensuração da escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo é considerada essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional de um país e proporcionar o combate à pobreza e às desigualdades. No entanto, as estatísticas brasileiras, segundo dados de 2011, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para pessoas com 25 anos ou mais, revelam uma média muito baixa de anos de estudo concluídos (7,4), especialmente quando comparada com países com o mesmo nível de desenvolvimento econômico e social.

Mesmo com expressivos avanços conquistados nestes últimos anos, a Educação Básica tem sido objeto de grandes discussões e debates no sentido de implementar políticas que visam à melhoria da escolarização, sobretudo, quanto à diferença no desempenho dos estudantes nas avaliações das escolas públicas e privadas, à diminuição das disparidades regionais e à universalização da conclusão do Ensino Fundamental.

Em se tratando de uma análise educacional, o presente estudo detalha, inicialmente, as etapas que constituem a Educação Básica, fazendo referência aos enfoques pedagógicos e aos objetivos específicos de cada modalidade de ensino, bem como relata a composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Criado para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino, o Ideb tem por base metas de qualidade pré-estabelecidas, a cada dois anos, estipuladas de acordo com o patamar de cada instituição e objetivando a melhoria de seus índices. O Ideb representa, conforme disposto nos meios de divulgação do governo federal, a iniciativa de reunir, em um só indicador, dois conceitos importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações, agregando ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações a possibilidade de resultados sintéticos, assimiláveis e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas governamentais.

Os dados da Educação Básica no âmbito do Distrito Federal, apresentados neste relatório, apontam as escolas públicas estaduais por tipologia, por oferta das modalidades de ensino e, em especial, apresenta a classificação dos melhores índices de desempenho educacional, considerados a partir de 6,0, alcançados pelas instituições em nível de Região Administrativa. Destaca, ainda, os percentuais das escolas que atingiram ou não as metas e as que não receberam o Ideb em 2011.

Etapas da Educação Básica

O Ministério da Educação (MEC) estabelece a **Educação Básica** como o primeiro nível do ensino escolar. Três etapas fazem parte da **Educação Básica**: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, abrangendo, ainda, as modalidades de Educação Profissional, Especial e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Cada uma dessas etapas possui objetivos próprios e formas de organização diversas.

A primeira fase é a **Educação Infantil** que inclui crianças de zero a cinco anos. Crianças de zero a três anos podem frequentar creches ou instituições equivalentes. As que possuem quatro e cinco anos devem frequentar as pré-escolas. Não há uma regulamentação específica sobre como devem funcionar as creches, valendo para elas as mesmas diretrizes da segunda etapa da Educação Infantil e a supervisão pedagógica do órgão responsável. No entanto, a legislação diz que a matrícula só é obrigatória a partir dos quatro anos e a frequência à creche é uma escolha da família.

O foco da **Educação Infantil** é o desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social e é desenvolvida pelas relações e práticas educativas e pelas interações estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades. A importância da educação nos primeiros anos de vida contribui para o desenvolvimento da personalidade, da linguagem e para a inclusão social da criança. Atividades como brincar, contar histórias, oficinas de desenho, pintura e música, além de cuidados com o corpo, são recomendadas para que a criança utilize os meios de expressão como forma de crescimento.

A segunda etapa da Educação Básica é o **Ensino Fundamental**, com alunos de seis a 14 anos e duração de nove anos de estudos divididos em duas fases: anos iniciais (1º ao 5º) e anos finais (6º ao 9º). O seu objetivo é a formação do indivíduo para o exercício pleno da cidadania, baseada nos princípios da igualdade, liberdade, reconhecimento e respeito à diversidade.

A obrigatoriedade do **Ensino Fundamental** também implica reconhecê-lo como a formação mínima que deve ser garantida a todos os brasileiros. Em sua conclusão, o estudante deve dominar a leitura, a escrita e o cálculo. Outro objetivo desta etapa é desenvolver a capacidade de compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores da sociedade e da família.

A etapa final da Educação Básica, o **Ensino Médio**, é destinada a alunos de 15 a 17 anos e estruturada em três séries com a finalidade de consolidar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental. Neste período, são aprofundados os conteúdos visando ao ingresso no ensino superior.

Outra função do **Ensino Médio** é propiciar a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos. Nesta fase, é obrigatória a inclusão de uma

língua estrangeira moderna, como o inglês ou o espanhol, além das matérias de Filosofia e Sociologia, segundo o Ministério da Educação.

Também faz parte do Ensino Médio a **Educação Profissional** que, por meio de cursos de níveis básico (formação inicial e continuada) e médio, visa a formar e qualificar pessoas em diversas áreas de atuação e nos diferentes níveis e modalidades de ensino nas formas presencial e a distância. As ações são desenvolvidas em Centros de Educação Profissional (CEP), a partir de eixos diversificados de ensino técnico, de modo a contribuir para uma educação democrática e de qualidade social.

A **Educação Especial**, área que se ocupa da educação de pessoas com variadas deficiências em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, cegos ou para atender pessoas com deficiência física e múltipla, mental, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e com altas habilidades, visa a assegurar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola desse contingente humano.

O processo de interação e comunicação, mediante atividades lúdicas, assim como a orientação, o apoio e o suporte à família e ao estudante no seu desenvolvimento e aprendizagem, prioriza o **ensino especial** como sendo uma educação inclusiva.

A **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** é uma fase da Educação Básica destinada a pessoas que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos nos ensinos fundamental e médio. A idade mínima para ingresso é de 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio, ofertados por meio de cursos presenciais e a distância. A EJA ultrapassa o domínio da alfabetização de adultos, incluindo outros níveis de ensino e articulando-se com a questão da preparação dos estudantes para o mercado de trabalho e atividade social.

Composição do Ideb

O Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), implantou, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para acompanhar e avaliar a qualidade do conhecimento adquirido pelos estudantes dos **ensinos Fundamental e Médio**. Este indicador resulta da combinação do desempenho médio (Prova Brasil e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb) dos alunos em exames padronizados ao final de determinada etapa do Ensino Fundamental dos

anos iniciais e finais (4ª série, ou 5º ano, e 8ª série, ou 9º ano) e o 3º ano do Ensino Médio, com a taxa média de aprovação dos estudantes da correspondente etapa de ensino (fluxo apurado pelo Censo Escolar).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb³), a partir de 1990, representou a primeira iniciativa brasileira destinada a aprofundar o conhecimento educacional. A Prova Brasil, criada em 2005, tornou a avaliação mais detalhada. Os exames são realizados a cada dois anos, com provas de Língua Portuguesa e Matemática, além da aplicação de questionários socioeconômicos junto à comunidade escolar e alunos.⁴

As informações oriundas das avaliações realizadas pelo Saeb e da Prova Brasil são fundamentais na definição de ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias.

As médias de desempenho nessas avaliações são subsídios ao cálculo do Ideb, ao lado das taxas de aprovação nessas esferas. Seus resultados são disponibilizados a toda a sociedade tendo em vista o acompanhamento das políticas adotadas pelas diferentes esferas de governo. No caso da Prova Brasil, ainda pode ser observado o desempenho específico das escolas públicas urbanas do país.

A Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) abrange de maneira amostral os estudantes das redes públicas e privadas, nas áreas rural e urbana, matriculados no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio. A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) é aplicada a todos os alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de toda a rede pública nas zonas rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Neste estrato, a prova recebe o nome de Prova Brasil e oferece resultados por escola, município, unidade da federação, região e país.

³ O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, e pela Avaliação Nacional de Alfabetização (Ana)

⁴ A Portaria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), publicada em 25/06/2013, definiu o calendário e as diretrizes da edição de 2013 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). As provas serão realizadas em todo o País, nos dias 11 e 21 de novembro. O resultado está previsto para 31 de maio de 2014. A portaria também estabelece a **inclusão, em caráter experimental, do teste de ciências** a alunos do nono ano do Ensino Fundamental da Anresc e do nono ano do Ensino Fundamental e do terceiro do Ensino Médio da Aneb.

O Ideb tem sido adotado, pelo Ministério da Educação, como critério para definir escolas e municípios que recebem suporte técnico e financeiro no âmbito dos programas que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), estabelecendo, por sua vez, metas para que o Brasil, estados e Distrito Federal, municípios e escolas atinjam até 2021⁵, uma média 6,0 no desempenho, cuja escala varia de 0 a 10, correspondendo, portanto, a um sistema educacional de qualidade comparável a média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE⁶). A referência à OCDE é um parâmetro técnico em busca da qualidade, e não um critério externo às políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo MEC, no âmbito da realidade brasileira⁷.

Com referência às avaliações internacionais, a OCDE desenvolveu o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa⁸) com o objetivo de monitorar o desempenho dos sistemas educacionais dos países participantes, de maneira rigorosa, sistemática e internacionalmente comparável. De acordo com os dados disponíveis do Pisa – entre 2000 e 2009 – a Finlândia figura entre os primeiros colocados, nas três áreas avaliadas (leitura, matemática e ciências), alcançando resultados acima das médias da OCDE. Com uma característica distintiva: no caso finlandês, qualidade anda de mãos dadas com equidade – o país registra a menor diferenciação de resultados entre escolas.

A prova do Pisa é aplicada a cada três anos pela OCDE e avalia o conhecimento de estudantes de 15 anos de idade nas disciplinas apontadas acima – matemática, leitura e ciências. Em 2009, participaram 65 países e o Brasil ficou em 54º lugar. Os resultados do Pisa evidenciam o problema da falta de equidade educacional no Brasil. No país, é possível encontrar estudantes com desempenho comparável aos obtidos pelo Chile, país citado no relatório do Pisa com o melhor resultado entre os latino-americanos – e outros semelhantes ao encontrado no Quirquistão – último país do ranking internacional. Os alunos do Distrito Federal

⁵ As metas são diferenciadas para todos, e são apresentadas bianualmente desde 2005 até 2021. Estados, municípios e escolas deverão melhorar seus índices e contribuir, em conjunto, para que o Brasil chegue à meta 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência.

⁶ A fixação da média em seis considerou o resultado obtido pelos países da OCDE – nota obtida pelos países desenvolvidos que ficaram entre os 20 mais bem colocados do mundo. No caso das redes e escolas com maior dificuldade, a partir da análise dos indicadores do Ideb, o MEC prevê apoio específico para reduzir essa desigualdade – apoio técnico ou financeiro aos municípios para o aporte de recursos visando à melhoria da qualidade de ensino. Todos os 5.564 municípios brasileiros aderiram ao Compromisso Todos pela Educação e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR), em 2008.

⁷ Significa evoluir da média nacional 3,8, registrada em 2005, para um Ideb igual a 6,0, em 2021, na primeira fase do Ensino Fundamental.

⁸ Programme for International Student Assessment (Pisa), em inglês.

foram os de melhor desempenho no exame, conquistando o mesmo patamar atingido pelos chilenos.

Quadro 1 – Ideb observado a partir de 2005 e metas até 2021 – Brasil e Distrito Federal

Unidade da Federação	Etapa de Ensino	Ideb								
		Observado				Meta				
		2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Brasil	Séries/anos iniciais	3,8	4,2	4,6	5,0	3,9	4,2	4,6	4,9	6,0
	Séries/anos finais	3,5	3,8	4,0	4,1	3,5	3,7	3,9	4,4	5,5
	Ensino Médio	3,4	3,5	3,6	3,7	3,4	3,5	3,7	3,9	5,2
Distrito Federal	Séries/anos iniciais	4,8	5,0	5,6	5,7	4,9	5,2	5,6	5,8	6,8
	Séries/anos finais	3,8	4,0	4,4	4,4	3,9	4,0	4,3	4,7	5,8
	Ensino Médio	3,6	4,0	3,8	3,8	3,6	3,7	3,9	4,1	5,4

Fonte: MEC/Inep/DEED – dados elaborados pela Codeplan.

Nota: Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

De acordo com os dados calculados pelo Ideb e apontados no Quadro 1, observa-se que o Brasil não só atingiu a meta estabelecida em 2011 para o Ensino Médio de 3,7, como ultrapassou todas as demais metas destacadas em 2007, 2009 e 2011, em todas as etapas de ensino básico — anos iniciais e finais dos ensinos fundamental e médio.

No caso do Distrito Federal, verifica-se a superação das metas para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Para o Ensino Médio, o Distrito Federal veio ultrapassando as metas até 2009 e, em 2011, o indicador aproximou-se dos índices estabelecidos.

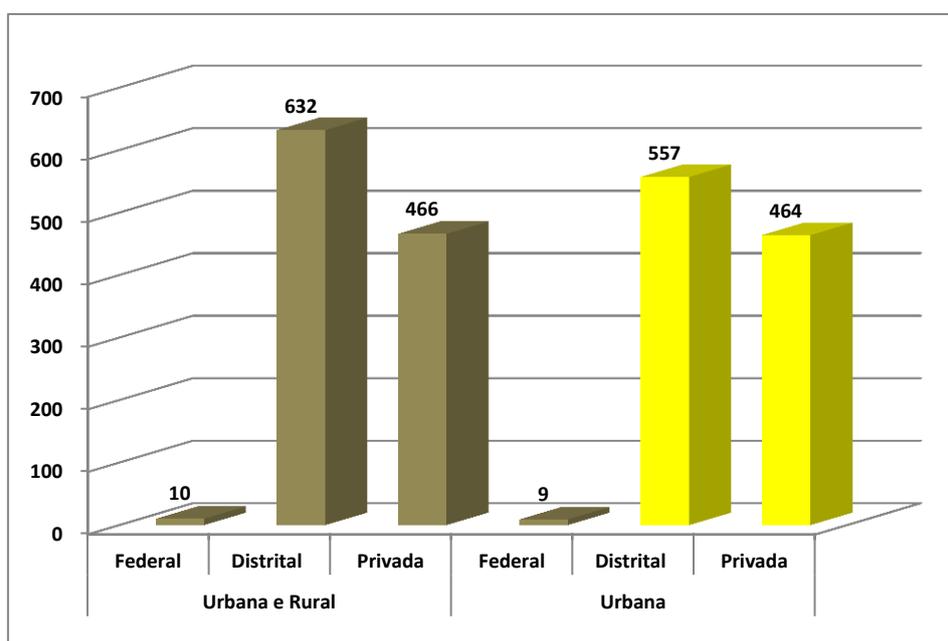
Nos anos iniciais (do primeiro ao quinto), o Ideb nacional alcançou o índice 5,0, em 2011, superando até mesmo a meta de 2013, que é de 4,9. Tal resultado indica uma progressão do indicador de desempenho no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, que é crescente desde 2005, quando se verificou, à época, um índice de 3,8.

Educação Básica no Distrito Federal

Segundo dados de 2012, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), constavam no Distrito Federal 1.108 estabelecimentos de Educação Básica. Deste volume, 632 são escolas públicas distritais, 466 privadas e dez públicas federais. Observa-se, a partir do Gráfico 1, que a maior concentração das escolas se dá na área urbana,

com 1.030 unidades. Na área rural, são apenas 78 escolas. A quantidade de escolas manteve-se praticamente inalterada no período de 2010 a 2012. Um total de 1.106 unidades escolares foi registrado em 2010, 1.110 escolas, em 2011, e, em 2012, o Distrito Federal contava com 1.108 destas unidades. Assim, é possível inferir que houve uma redução da capacidade física, nos últimos três anos, para absorver a população escolar que certamente acompanha o crescimento populacional do Distrito Federal – um dos maiores índices nacionais, com mais de 2% ao ano.

Gráfico 1 – Estabelecimentos de Educação Básica, Distrito Federal – 2012.



Fonte: MEC/Inep/DEED, dados elaborados pela Codeplan.

No Distrito Federal, as matrículas registradas em 2012 mantêm a tendência de declínio verificada em 2011, conforme demonstra o Quadro 2, a seguir. O total de 670.915 matrículas ocorridas em 2012 representa uma redução de cerca de 1,0% em relação a 2011, reflexo da retração de 3,0% ocorrida nas matrículas das escolas públicas urbanas do governo distrital. Em contrapartida, no mesmo período, é crescente o quadro de matrículas da rede privada e da pública federal. Embora pouco expressivo no contingente das escolas do Distrito Federal, denota-se um crescimento substancial das matrículas nas escolas federais urbanas, correspondente a mais de 60% em relação a 2011. As matrículas da rede privada urbana, em 2012, cresceram 2,1% e 6,4%, respectivamente, com relação a 2011 e 2010. Depreende-se, ainda, que as matrículas nas escolas rurais também foram crescentes no período – quase 4% a

mais de matrículas em 2012, relativamente ao ano de 2011. As escolas urbanas detêm a supremacia das escolas no Distrito Federal, em torno de 97%.

Quadro 2 – Número de Matrículas na Educação Básica, por Localização e Dependência Administrativa, Distrito Federal – 2010/2012.

Ano	Matrículas na Educação Básica							
	Localização / Dependência Administrativa							
	Urbana e Rural				Urbana			
	Total	Federal	Distrital	Privada	Total	Federal	Distrital	Privada
2010	679.241	3.516	496.061	179.664	659.312	3.081	477.971	178.260
2011	678.627	3.879	487.761	186.987	658.543	3.428	469.349	185.766
2012	670.915	6.061	473.955	190.899	650.038	5.501	454.823	189.714

Fonte: MEC/Inep/DEED, dados elaborados pela Codeplan.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

As matrículas se concentram no Ensino Fundamental, conforme se verifica no Quadro 3. Ao registrar, em 2012, o volume de 409.586 matrículas, observa-se uma queda de 1,6% das matrículas no Ensino Fundamental, em relação ao ano anterior. O Ensino Médio, por sua vez, detém a segunda maior representatividade, com 111.774 matrículas, e evidenciou um incremento de 2,0% em relação a 2011. Com exceção do Ensino Médio, que vem crescendo desde 2010, e do ensino profissional, que evoluiu expressivamente em 16,8%, as demais modalidades de ensino apresentaram decréscimos nas matrículas efetuadas em 2012.

O aumento da procura pelo Ensino Médio e ensino profissionalizante reforça, cada vez mais, a busca por uma qualificação profissional que propicie o acesso ao mercado de trabalho, autonomia financeira e ascensão social.

Quadro 3 – Número de Matrículas na Educação Básica por Modalidade de Ensino, Distrito Federal – 2010/2012.

Ano	Total	Matrículas na Educação Básica					
		Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	Educação Especial	EJA
						Classes Especiais + Escolas Exclusivas	
2010	679.241	81.833	417.969	107.852	12.730	4.894	53.963
2011	678.627	81.712	416.240	109.587	12.498	4.384	54.206
2012	670.915	79.462	409.586	111.774	14.600	4.131	51.362

Fonte: MEC/Inep/DEED, dados elaborados pela Codeplan.

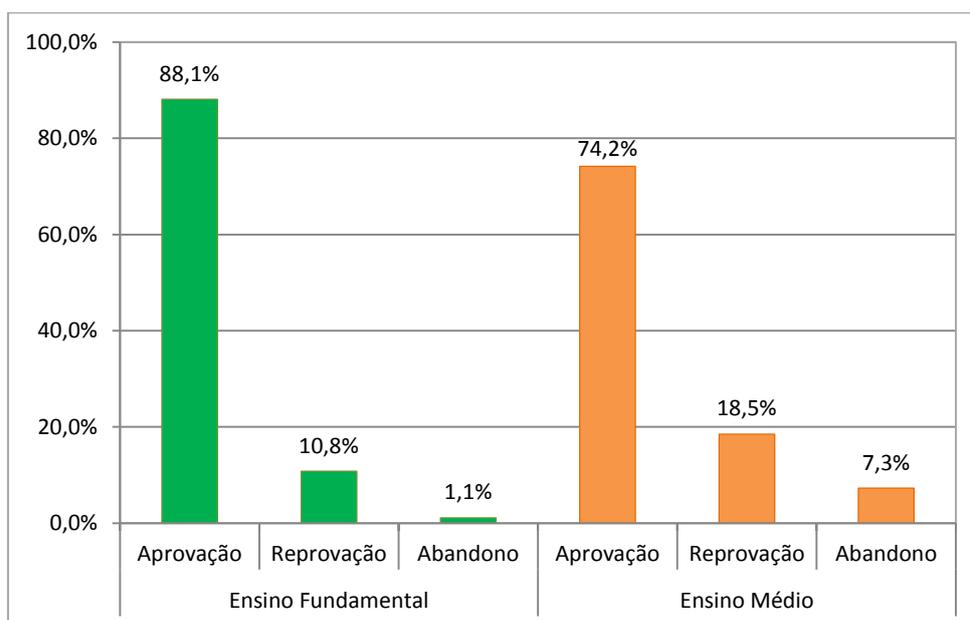
Notas:

- 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
- 2) Ensino Fundamental: inclui matrículas do turmas do ensino fundamental de 8 e 9 anos.
- 3) EJA inclui matrículas presencial, semipresencial e EJA integrado à educação profissional de nível médio.

O rendimento escolar é um importante instrumento de avaliação que permite acompanhar o desempenho de alunos e instituições de ensino, por meio dos índices de aprovação, reprovação e abandono, em que altas taxas destes dois últimos indicadores significam fracasso escolar.

No Distrito Federal, em 2011, foram registradas taxas de aprovação de 88,1% no Ensino Fundamental e 74,2% no Ensino Médio, ficando as taxas de reprovações com 10,8% e 18,5%, respectivamente, como apresentado no Gráfico 2, a seguir. A taxa de abandono no Ensino Fundamental se mostrou pequena (1,1%) enquanto que no Ensino Médio observa-se um índice mais acentuado de 7,3%. Neste sentido, cabe inferir que muitos jovens de 15 a 17 anos abandonam a escola neste período, provavelmente devido à necessidade de trabalhar para ajudar a família, especialmente, os de classe menos favorecida.

Gráfico 2 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono, dos Ensinos Fundamental e Médio, Distrito Federal – 2011.



Fonte: MEC/Inep/DEED, dados elaborados pela Codeplan.

Ao verificar os resultados por dependência administrativa, observa-se, no Quadro 4, a seguir, que a esfera distrital vem demonstrando pequenos recuos nas taxas de aprovação, tanto no Ensino Fundamental – que passou de 86,1% para 85,1% em 2011 –, como no Ensino Médio – de 68,7% para 67,5%. Quanto à reprovação, verifica-se uma elevação das taxas para 13,3% no Ensino Fundamental e 22,6% no Ensino Médio, bem como, o crescimento da taxa de

abandono do Ensino Médio, que passou de 8,9% para 9,9% quando comparados os anos de 2010 e 2011.

A rede federal é responsável pelos melhores indicadores no Distrito Federal – em 2011, registraram-se índices de aprovação de 94,2%, reprovação de 5,8% e taxa de abandono praticamente zero, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. A rede de escolas privadas se destaca no Ensino Fundamental com um índice de 96,9% de aprovação e 3% de taxa de reprovação.

Quadro 4 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono, por Dependência Administrativa, Distrito Federal – 2010 e 2011.

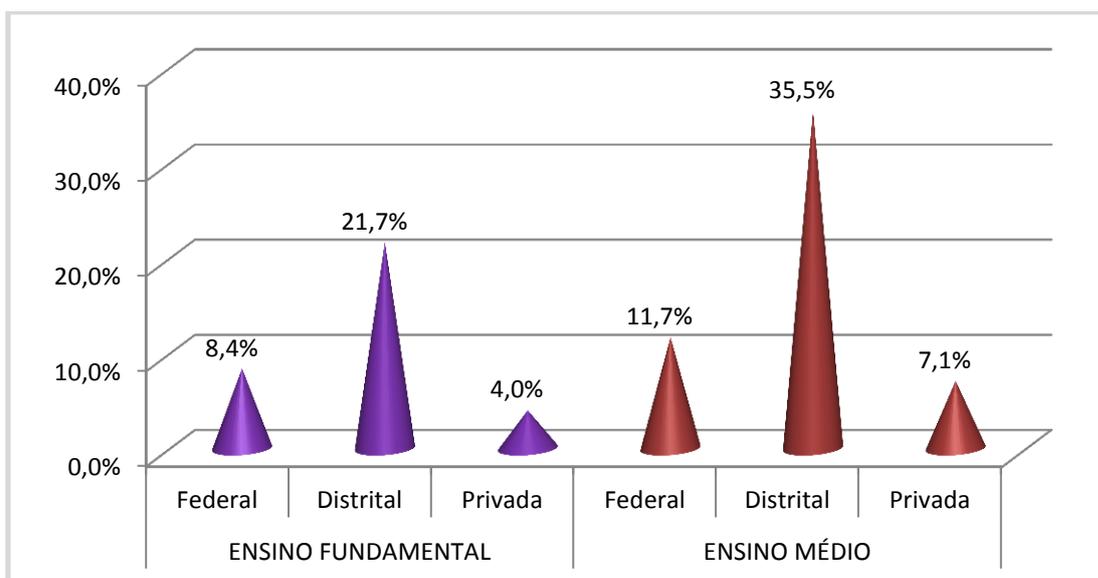
Etapa	Ano	Taxas por Dependência Administrativa (%)								
		Aprovação			Reprovação			Abandono		
		Federal	Distrital	Privada	Federal	Distrital	Privada	Federal	Distrital	Privada
Ensino Fundamental	2010	93,9	86,1	97,0	6,1	12,4	3,0	0,0	1,5	0,0
	2011	94,1	85,1	96,9	5,8	13,3	3,0	0,1	1,6	0,1
Ensino Médio	2010	90,7	68,7	92,3	9,3	22,4	7,6	0,0	8,9	0,1
	2011	94,2	67,5	92,7	5,8	22,6	7,1	0,0	9,9	0,2

Fonte: MEC/Inep/DEED, dados elaborados pela Codeplan.

A taxa de distorção idade-série indica o percentual de alunos com idade superior à recomendada em cada nível de ensino. A defasagem de dois anos ou mais é considerada um dos maiores problemas do ensino brasileiro, pois a alta taxa de distorção pode atuar diretamente no agravamento da repetência e abandono escolar – possíveis reflexos da situação social do aluno, que influem na diminuição da autoestima e também interferem no desempenho da Educação Básica.

As taxas médias de distorção idade-série, em 2011, no Distrito Federal, foram de 17,3%, para o Ensino Fundamental, e de 28,0% para o Ensino Médio. Estes resultados são preocupantes especialmente quando se analisa as escolas do governo distrital – são expressivas taxas de 21,7% para o Ensino Fundamental e de 35,5% para o Ensino Médio. Verifica-se, com menos intensidade, que a esfera federal apresentou taxas de distorção altas de 8,4% no Ensino Fundamental e 11,7% no Ensino Médio. A rede privada, por sua vez, registrou, para o mesmo ano, as menores taxas de 4,4% e 7,1% para os ensinos fundamental e médio, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Taxa de Distorção Idade-Série, Distrito Federal – 2011.



Fonte: MEC/Inep/DEED, dados elaborados pela Codeplan.

Fica evidente que o índice de distorção idade-série cresce ao longo do processo de escolarização, na medida em que a complexidade curricular surge e tornam maiores as dificuldades de aprovação. A taxa de distorção também é sentida pelas desigualdades espaciais e se relaciona diretamente com as condições socioeconômicas da população, pelo fato dessa taxa ser maior entre os estudantes de baixa renda, pois estes ingressam na escola tardiamente e apresentam déficit de aprendizado.

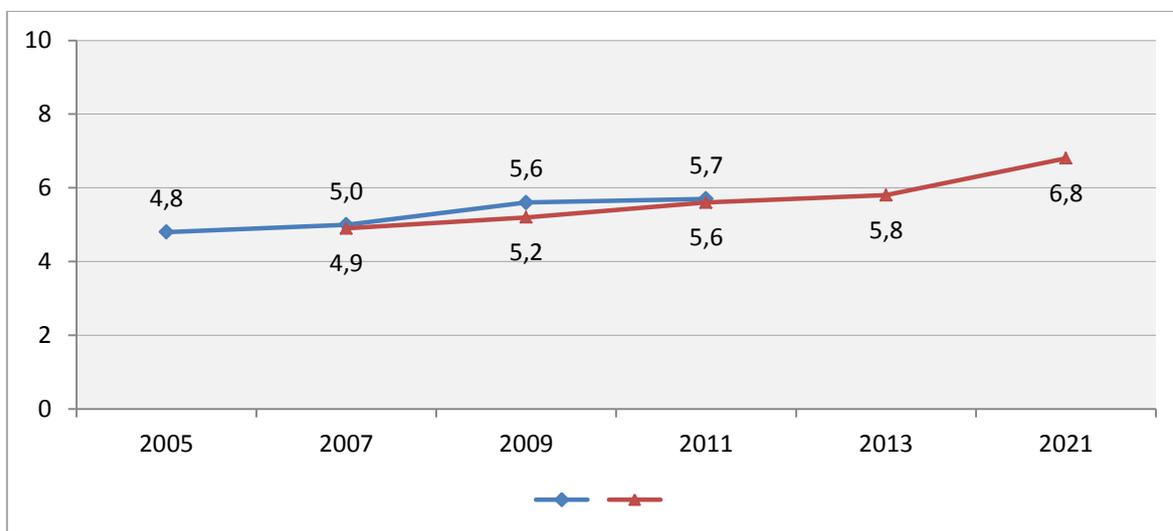
Ideb no Distrito Federal

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) possibilita uma visão sintética da qualidade do ensino ao levar em conta as taxas de aprovação, reprovação ou abandono e tem como detectar o rendimento por meio do fluxo escolar. Se uma escola aprova seus alunos ao fim do ano letivo sem que tenham realmente aprendido, o Ideb permite evidenciar essa distorção. Do mesmo modo, se a escola reprovar seus estudantes, também será destacado no indicador.

No Distrito Federal, os índices de desempenhos alcançados em 2011, no Ensino Fundamental – anos iniciais (5,7) e anos finais (4,4) –, mostram uma evolução desde 2005 e uma superação de todas as metas nos anos de 2007, 2009 e 2011 (Gráficos 4 e 5). O avanço da qualidade do Ensino Fundamental (fase inicial), neste momento, próximo da nota 6,0, é um

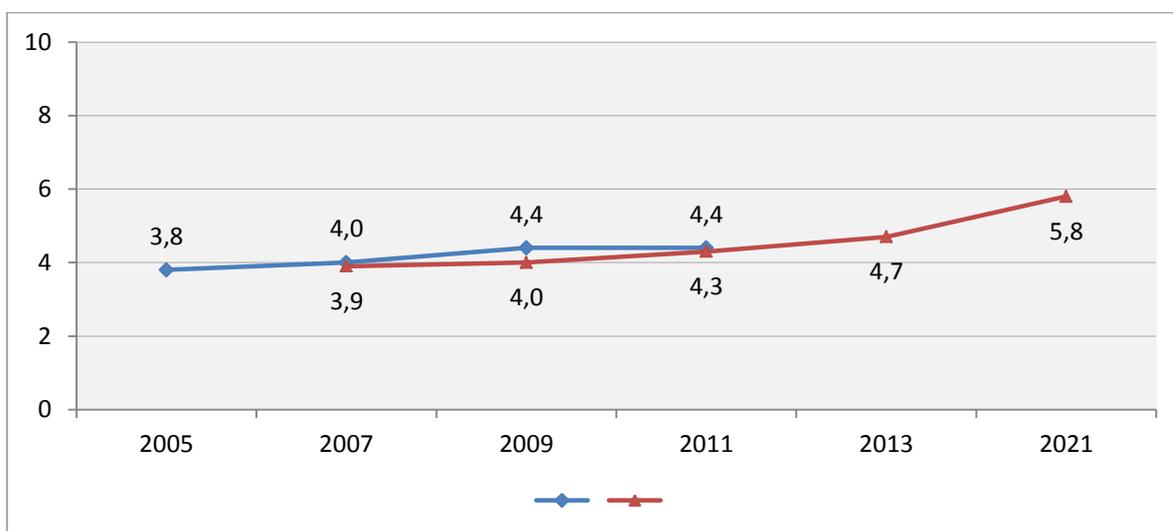
processo notável tendo em vista que essa meta foi estabelecida nacionalmente para ser alcançada até 2021.

Gráfico 4 – Ideb Ensino Fundamental – Séries iniciais, Distrito Federal – 2005 a 2011.



Fonte: MEC/Inep, dados elaborados pela Codeplan.

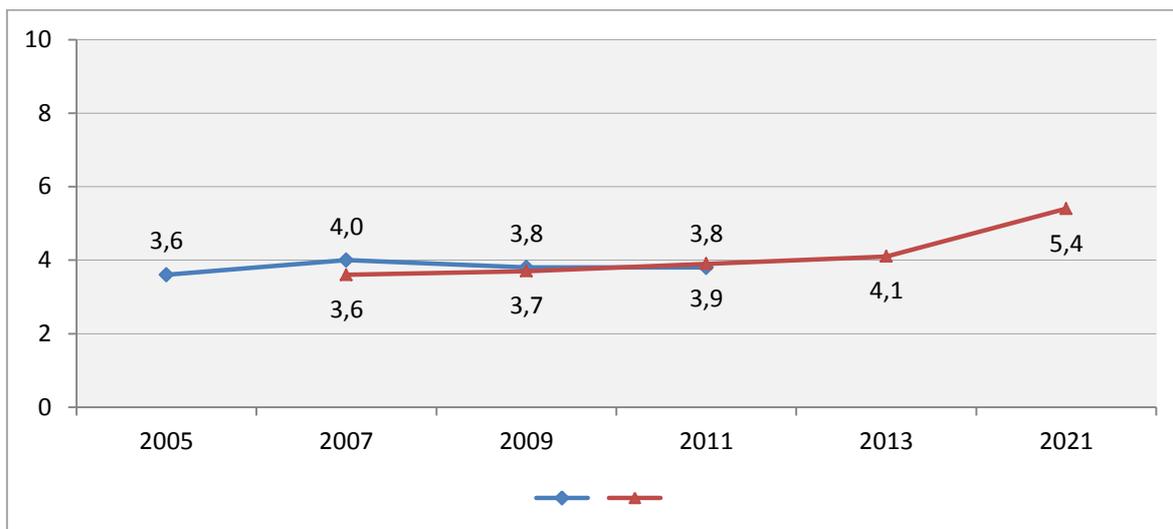
Gráfico 5 – Ideb Ensino Fundamental – Séries finais, Distrito Federal – 2005 a 2011.



Fonte: MEC/Inep, dados elaborados pela Codeplan.

No Ensino Médio, os índices de desenvolvimento ultrapassaram as metas de 2007 e 2009. Em 2011, o Distrito Federal manteve a taxa de 3,8 alcançada em 2009, porém um pouco abaixo da meta de 3,9 e inferior ao índice alcançado em 2007 (Gráfico 6). Embora o DF tenha um dos melhores desempenhos educacionais do país, superando as notas nacionais em todas as fases do Ideb, ainda precisa melhorar, sobretudo, na segunda fase do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Gráfico 6 – Ideb Ensino Médio, Distrito Federal – 2005 a 2011.



Fonte: MEC/Inep, dados elaborados pela Codeplan.

Ao analisar o comportamento do Ideb por dependência administrativa, conforme retratado no Quadro 5, a seguir, verifica-se que os índices distritais ultrapassaram as metas de 2007, 2009 e 2011 em todas as etapas de ensino, com exceção da 3ª série do Ensino Médio, que ficou abaixo da meta de 3,3 em 2011.

Outro aspecto apontado no Quadro 5 é que a rede privada, apesar de ter evidenciado flutuações ao longo do período em análise, manteve, em 2011, um rendimento escolar considerado de qualidade, com média de 6,8 para o nível inicial e 6,0 para o final do Ensino Fundamental. Quanto ao Ensino Médio, o desempenho de 5,6 caiu em relação a 2005, que era de 5,9. Entretanto, não atingiram as metas específicas estabelecidas.

Mesmo com as diferenças acentuadas entre as instituições públicas e privadas no que concerne às áreas de recursos humanos, físicos, didáticos e tecnológicos, as avaliações das escolas estaduais refletem uma melhora considerável, em especial, nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Os indicadores de aprendizagem apresentados nos últimos anos, ainda que insatisfatórios, em algumas etapas do ensino público, evidenciam um crescimento. Demonstram que ao estipular metas e cobrar esforços, é possível produzir efeitos. O monitoramento da qualidade educacional é parte fundamental no processo de mudanças pelas melhorias.

Quadro 5 – Ideb observado e metas projetadas até 2011, Distrito Federal.

Rede	Etapas de Ensino	Distrito Federal - Ideb observado e metas projetadas											
		Ideb Observado				Metas Projetadas							
		2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Privada	Séries/anos iniciais	6.4	6.1	6.5	6.8	6.4	6.7	7.0	7.2	7.3	7.5	7.7	7.8
	Séries/anos finais	6.0	5.9	5.8	6.0	6.0	6.1	6.4	6.7	6.9	7.1	7.3	7.4
	Ensino Médio	5.9	5.5	5.6	5.6	5.9	6.0	6.1	6.3	6.6	6.9	7.1	7.2
Distrital	Séries/anos iniciais	4.4	4.8	5.4	5.4	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5
	Séries/anos finais	3.3	3.5	3.9	3.9	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.8	5.0	5.3
	Ensino Médio	3.0	3.2	3.2	3.1	3.0	3.1	3.3	3.6	3.9	4.4	4.6	4.8

Fonte: MEC/Inep/DEED – dados elaborados pela Codeplan.

Nota: Os resultados marcados em laranja referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Escolas Públicas Distritais por Região Administrativa

Tipologia de escolas:

Do total de 645 escolas públicas estaduais existentes no Distrito Federal, conforme dados da Secretaria de Educação demonstrados no Quadro 6, a seguir, 570 localizam-se na área urbana e 75 na área rural. Deste número, 307 são escolas classes, 165 centros de Ensino Fundamental, 42 centros educacionais, 34 centros de Ensino Médio, 26 jardins de infância, 23 centros de Educação Infantil, 14 centros de atenção integral à criança, 13 centros de ensino especial, oito centros interescolar de línguas, cinco escolas parque, três centros de Educação Profissional, um centro de educação de jovens e adultos e quatro outros.

Observando os dados por Região Administrativa, verifica-se que as cidades de Ceilândia com 94 escolas; Brasília 85; Planaltina 64; Taguatinga 56, Gama 48 e Samambaia 40 são as que detêm os maiores números de estabelecimentos de ensino. Em contraponto, as cidades que só têm apenas uma escola são: Sudoeste/Octogonal; Varjão; Park Way; Jardim Botânico e o Setor de Indústria e Abastecimento (SIA).

Outras localidades também apresentam números reduzidos de escolas. Esta divergência evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas para diminuir as discrepâncias e promover condições escolares satisfatórias por meio da expansão física, melhorias estruturais e demais recursos.

Quadro 6 – Escolas Públicas Distritais, por Região Administrativa, segundo Localização e Tipologia, Distrito Federal – 2012.

REGIÕES ADMINISTRATIVAS - DF		Total	Urbana	Rural	JI	CEI	CAIC	EC	EP	CEF	CIL	CEE	CED	CEM	CEJA	CEP	Outros
RA - I	Brasília	85	85	0	15	1	0	31	5	16	2	3	1	5	1	1	4
RA - II	Gama	48	42	6	4	1	1	19	0	15	1	1	2	4	0	0	0
RA - III	Taguatinga	56	56	0	0	4	0	28	0	13	1	1	5	4	0	0	0
RA - IV	Brazlândia	28	17	11	0	1	1	14	0	7	1	1	2	1	0	0	0
RA - V	Sobradinho	28	22	6	0	4	0	14	0	5	1	1	2	1	0	0	0
RA - VI	Planaltina	64	44	20	1	0	1	35	0	15	0	1	8	2	0	1	0
RA - VII	Paranoá	26	13	13	0	1	1	17	0	4	0	0	2	1	0	0	0
RA - VIII	Núcleo Bandeirante	8	8	0	0	1	0	3	0	3	0	0	0	1	0	0	0
RA - IX	Ceilândia	94	89	5	0	0	2	56	0	22	1	2	4	6	0	1	0
RA - X	Guara	20	20	0	1	0	0	7	0	6	1	1	4	0	0	0	0
RA - XI	Cruzeiro	8	8	0	1	0	0	3	0	2	0	0	2	0	0	0	0
RA - XII	Samambaia	40	40	0	0	1	2	22	0	11	0	1	1	2	0	0	0
RA - XIII	Santa Maria	27	27	0	1	2	2	7	0	10	0	1	2	2	0	0	0
RA - XIV	São Sebastião	22	18	4	0	1	1	12	0	6	0	0	1	1	0	0	0
RA - XV	Recanto das Emas	25	24	1	1	2	0	5	0	14	0	0	1	2	0	0	0
RA - XVI	Lago Sul	4	4	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0
RA - XVII	Riacho Fundo	8	5	3	0	0	0	4	0	3	0	0	0	1	0	0	0
RA - XVIII	Lago Norte	4	4	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1	0	0	0	0
RA - XIX	Candangolândia	5	5	0	0	1	0	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0
RA - XX	Águas Claras	4	4	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
RA - XXI	Riacho Fundo II	9	9	0	1	1	0	3	0	3	0	0	1	0	0	0	0
RA - XXII	Sudoeste/ Octogonal	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RA - XXIII	Varjão	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RA - XXIV	Park Way	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RA - XXV	SCIA	5	5	0	0	1	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0
RA - XXVI	Sobradinho II	8	8	0	0	0	1	3	0	3	0	0	1	0	0	0	0
RA - XXVII	Jardim Botânico	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RA - XXVIII	Itapoã	3	3	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0
RA - XXIX	S I A	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RA - XXX	Vicente Pires	2	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RA - XXXI	Fercal	9	3	6	0	0	0	8	0	1	0	0	0	0	0	0	0
DISTRITO FEDERAL - TOTAL		645 *	570	75	26	23	14	307	5	165	8	13	42	34	1	3	4

Fonte: Censo Escolar 2012/ SEDF, dados elaborados pela Codeplan.

(*) O total de escolas difere do Inep devido à inclusão de 8 CIL e 5 EP que oferecem apenas atividades complementares.

Quadro 6 – Legenda:

JI – Jardim de Infância

CEI – Centro de Educação Infantil

CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança

EC – Escola Classe

EP – Escola Parque

CEF – Centro de Ensino Fundamental

Outros – Escolas Vinculadas à DRE do Plano Piloto/ Cruzeiro: Centro de Educação Física e Desporto de Alto Rendimento Escolar; Promoção Educativa do Menor/PROEM; Escola dos Meninos e Meninas do Parque; e, Escola da Natureza.

CIL – Centro Interescolar de Línguas

CEE – Centro de Ensino Especial

CED – Centro Educacional

CEM – Centro de Ensino Médio

EJA – Educação de Jovens e Adultos

CEP – Centro de Educação Profissional

Oferta de modalidades de ensino:

Dentre a totalidade das 645 instituições públicas estaduais, 525 escolas oferecem o Ensino Fundamental; 238 a Educação Infantil; 191 a Educação Especial; 109 a educação de jovens e adultos; 86 o Ensino Médio e quatro a Educação Profissional. As significativas ofertas de ensino se encontram na cidade de Ceilândia, com 83 escolas atendendo o Ensino Fundamental; 50 o ensino infantil; 29 a Educação Especial; 14 a EJA; 12 o Ensino Médio e uma o ensino profissional.

A Região Administrativa (RA) de Planaltina possui 60 escolas oferecendo o Ensino Fundamental, 28 o ensino infantil, nove o Ensino Médio – representa a segunda RA com os maiores quantitativos de escolas ofertando estas três modalidades de ensino. Brasília, com 85 escolas, apresenta-se com 50 escolas funcionando o Ensino Fundamental, 20 o ensino infantil, dentre outras. Além disso, Brasília registra a maior oferta de Educação Especial, com 34 escolas, seguida de Ceilândia com 29, como demonstrado no Quadro 7, a seguir. Salienta-se que uma grande maioria de estudantes com necessidades especiais frequentam as classes comuns de ensino regular o que indica uma oportunidade de inclusão social. Poucas RAs proporcionam cursos profissionalizantes – apenas em Brasília, Planaltina, Ceilândia e Águas Claras são oferecidas a Educação Profissional.

A restrição da oferta de algumas modalidades de ensino em determinadas Regiões Administrativas dificulta sensivelmente o atendimento, fazendo com que os alunos tenham que se deslocar para outras regiões, o que, certamente, representa um dispêndio a mais, não apenas de tempo como de custos, induzindo o aluno à desistência do curso.

Quadro 7 – Escolas Públicas Distritais por Modalidade de Ensino, segundo a Região Administrativa (RA), Distrito Federal – 2012.

REGIÕES ADMINISTRATIVAS - DF		Total	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	EJA	Educação Especial
RA - I	Brasília	85	20	50	6	1	4	34
RA - II	Gama	48	18	37	7	0	10	19
RA - III	Taguatinga	56	14	42	8	0	6	16
RA - IV	Brazlândia	28	11	23	6	0	6	4
RA - V	Sobradinho	28	10	21	4	0	5	9
RA - VI	Planaltina	64	28	60	9	1	11	6
RA - VII	Paranoá	26	12	23	3	0	4	4
RA - VIII	Núcleo Bandeirante	8	3	6	1	0	3	2
RA - IX	Ceilândia	94	50	83	12	1	14	29
RA - X	Guará	20	7	17	4	0	4	7

REGIÕES ADMINISTRATIVAS - DF		Total	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	EJA	Educação Especial
RA - XI	Cruzeiro	8	2	6	2	0	1	2
RA - XII	Samambaia	40	15	36	6	0	10	13
RA - XIII	Santa Maria	27	9	20	4	0	5	6
RA - XIV	São Sebastião	22	10	20	2	0	6	12
RA - XV	Recanto Das Emas	25	4	20	3	0	6	7
RA - XVI	Lago Sul	4	1	3	1	0	1	1
RA - XVII	Riacho Fundo	8	1	8	1	0	2	3
RA - XVIII	Lago Norte	4	2	4	1	0	1	0
RA - XIX	Candangolândia	5	1	4	1	0	1	2
RA - XX	Águas Claras	4	2	2	0	1	0	2
RA - XXI	Riacho Fundo II	9	3	9	2	0	3	6
RA - XXII	Sudoeste/Octogonal	1	1	1	0	0	0	1
RA - XXIII	Varjão	1	1	1	0	0	0	0
RA - XXIV	Park Way	1	1	1	0	0	0	1
RA - XXV	SCIA	5	1	4	1	0	2	1
RA - XXVI	Sobradinho II	8	3	8	1	0	2	3
RA - XXVII	Jardim Botânico	1	0	1	0	0	0	0
RA - XXVIII	Itapoã	3	1	3	0	0	1	0
RA - XXIX	S I A	1	1	1	0	0	0	0
RA - XXX	Vicente Pires	2	1	2	0	0	0	0
RA - XXXI	Fercal	9	5	9	1	0	1	1
DISTRITO FEDERAL - TOTAL		645	238	525	86	4	109	191

Fonte: Censo Escolar 2012 – SEDF, dados elaborados pela Codeplan.

Nota: uma mesma instituição educacional pode oferecer mais de uma modalidade de ensino.

As matrículas nas escolas:

O número de matrículas na rede pública distrital vem decrescendo, conforme verificado anteriormente no Quadro 2. Em 2010, eram 496.061, passando para 487.761, em 2011, e, em 2012, foram 473.955 matrículas. Em 2013, conforme registra a Coordenação de Informações Educacionais, da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, este número cai para 472.158, conforme o Quadro 8 apresentado na sequência. O dado diz respeito à realização do Censo Escolar 2013, que tem como referência a data de 27/03/2013.

Ceilândia se destaca, dentre as RAs, com o maior quantitativo de estudantes em quase todas as modalidades de ensino oferecidas pelas escolas distritais no Distrito Federal. Águas Claras é a Regional com a maior capacidade em ofertar a Educação Profissional, com 2.167 matrículas. A Educação Infantil não é oferecida nas RAs de Itapoã e Jardim Botânico. A única modalidade de ensino oferecida em todas as RAs é o Ensino Fundamental – anos iniciais.

Quadro 8 – Número de Matrículas por Etapa/Modalidade de Ensino, segundo a Região Administrativa (RA), Distrito Federal – 2013.

REGIÕES ADMINISTRATIVAS - DF		Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Ensino Médio Integrado	EJA		Educação Especial		Educação Profissional	TOTAL
			Séries/ Anos Iniciais	Séries/ Anos Finais			Ensino Fundamental	Ensino Médio	Classes Especiais + Escolas Exclusivas	Educação Precoce		
RA - I	Brasília	2.717	7.570	8.363	6.541	0	1.842	1.654	503	176	184	29.550
RA - II	Gama	2.372	10.077	11.007	7.025	456	1.770	2.023	473	134	0	35.337
RA - III	Taguatinga	2.738	10.130	11.085	9.825	0	3.390	2.014	497	132	0	39.811
RA - IV	Brazlândia	1.727	5.914	5.176	2.957	0	713	463	169	134	0	17.253
RA - V	Sobradinho	1.529	5.843	5.218	3.381	0	1.148	820	188	105	0	18.232
RA - VI	Planaltina	2.847	15.731	13.707	6.613	0	2.323	1.987	300	129	714	44.351
RA - VII	Paranoá	881	6.020	5.625	3.312	0	1.460	755	57	82	0	18.192
RA - VIII	Núcleo Bandeirante	551	1.548	1.208	1.330	0	352	270	20	0	0	5.279
RA - IX	Ceilândia	5.543	30.159	25.264	12.937	0	5.063	3.957	808	413	1.079	85.223
RA - X	Guará	772	3.240	5.002	2.706	0	651	597	222	94	0	13.284
RA - XI	Cruzeiro	267	911	1.308	1.011	0	217	216	13	0	0	3.943
RA - XII	Samambaia	2.445	14.330	12.049	5.919	0	2.266	1.844	340	114	0	39.307
RA - XIII	Santa Maria	2.632	9.120	7.557	4.192	0	1.385	1.134	204	80	0	26.304
RA - XIV	São Sebastião	1.592	7.437	6.232	3.174	0	1.941	1.415	108	107	0	22.006
RA - XV	Recanto das Emas	1.212	9.950	8.517	4.102	0	1.341	1.013	104	34	0	26.273
RA - XVI	Lago Sul	249	602	686	424	0	89	0	32	0	0	2.082
RA - XVII	Riacho Fundo	235	2.286	1.901	974	0	341	296	29	0	0	6.062
RA - XVIII	Lago Norte	89	395	708	583	0	303	184	0	0	0	2.262
RA - XIX	Candangolândia	361	899	780	419	0	174	99	11	0	0	2.743
RA - XX	Águas Claras	620	1.001	489	0	0	0	0	50	0	2.167	4.327
RA - XXI	Riacho Fundo II	542	2.462	2.369	703	0	631	294	34	22	0	7.057
RA - XXII	Sudoeste/Octogonal	50	248	0	0	0	0	0	2	0	0	300
RA - XXIII	Varjão	186	736	0	0	0	0	0	0	0	0	922
RA - XXIV	Park Way	164	271	237	0	0	0	0	16	39	0	727
RA - XXV	SCIA	340	3.177	507	211	0	629	518	19	0	0	5.401
RA - XXVI	Sobradinho II	851	2.737	2.591	1.059	0	500	481	43	0	0	8.262
RA - XXVII	Jardim Botânico	0	408	0	0	0	0	0	0	0	0	408
RA - XXVIII	Itapoã	0	1.828	1.315	0	0	573	342	0	0	0	4.058
RA - XXIX	SIA	67	148	0	0	0	0	0	0	0	0	215
RA - XXX	Vicente Pires	134	867	0	0	0	0	0	0	0	0	1.001
RA - XXXI	Fercal	155	1.205	455	170	0	0	0	1	0	0	1.986
DISTRITO FEDERAL - TOTAL		33.868	157.250	139.356	79.568	456	29.102	22.376	4.243	1.795	4.144	472.158

Fonte: Censo Escolar 2013 – SEDF, dados elaborados pela Codeplan

Ensino integral:

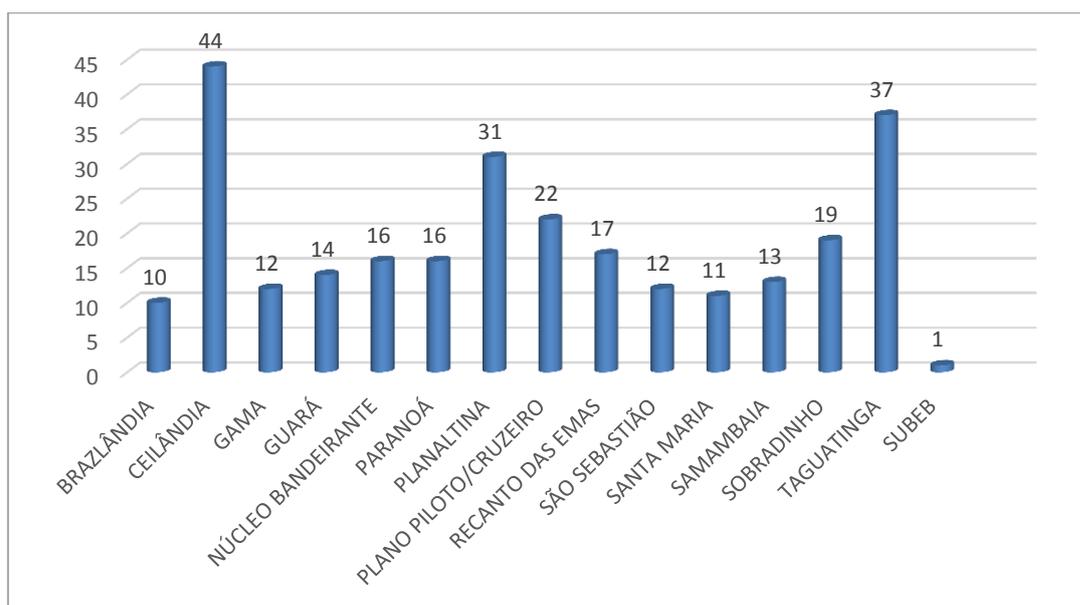
A diferença entre escola de tempo integral e a Educação Integral está na medida em que a primeira concentra-se na ampliação da jornada de horário, mantendo a mesma estrutura organizacional, fragmentada dos processos educativos e distante do exercício da coletividade. A segunda fundamenta-se na formação do ser humano em sua integridade e para sua emancipação. O projeto pedagógico de Educação Integral é amplo, democrático e visa a uma aprendizagem multidimensional que busca garantir a vivência escolar de alunos, professores, família e comunidade.

Atualmente, a rede pública oferece as duas formas de ensino com intuito de ampliar novas oportunidades e favorecer a comunidade, com especial atenção às crianças e

adolescentes em situação de vulnerabilidade. A ampliação do tempo de permanência dos alunos nas escolas contribui, sobremaneira, para a elevação do desempenho e rendimento escolar.

O Distrito Federal oferece jornada de tempo integral em 275 instituições, distribuídas por Coordenação Regional de Ensino (CRE), que está relacionada a determinadas Regiões Administrativas. Ceilândia aparece em primeiro lugar com 44 escolas, seguida por Taguatinga (37); Planaltina (31); Plano Piloto/Cruzeiro (22); Sobradinho (19); Recanto das Emas (17), dentre outras. De acordo com o Gráfico 7, quase 50% das RAs ofertam a jornada de tempo integral que – além de atender os alunos em seus estudos, adotar práticas de atividades extracurriculares, tais como a arte e o esporte, e oferecer a alimentação –, propicia aos pais ou responsáveis a oportunidade de trabalhar com tranquilidade.

Gráfico 7 – Unidades Escolares que ofertam jornada de tempo integral, por Coordenação Regional de Ensino (CRE), Distrito Federal – 2013.



Fonte: Secretaria de Educação (SEDF), dados elaborados pela Codeplan.

Nota: SUBEB– Subsecretaria de Educação Básica.

O Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral – PROEITI, implantado em 2013 pelo Governo do Distrito Federal, objetiva o atendimento dos estudantes de escolas pré-selecionadas em tempo contínuo com duração de dez horas diárias, incluindo-se neste período o tempo destinado às atividades pedagógicas, tecnológicas, recreativas, culturais, complementares, alimentação, higienização, passeios, artes, lazer e demais.

O PROEITI propõe um formato de educação por inteiro que promova mudanças qualitativas e quantitativas no ensino e possibilite aos alunos um aprendizado completo que auxilie na superação de desafios da vida. A participação articulada, reflexiva, criativa e comprometida entre os atores escolares e a mobilização dos potenciais educativos da comunidade local são fatores de extrema importância para o sucesso do projeto.

A Educação Integral vai além da transmissão de conhecimento. Ela constrói espaços de participação, favorece a aprendizagem na perspectiva da cidadania, da diversidade, do meio ambiente e do respeito aos direitos humanos por meio de uma reorientação curricular que privilegia o desenvolvimento de valores e atitudes.

Segundo dados de 2013 da Secretaria de Educação, o PROEITI conta com 22 escolas funcionando em diversas RAs, que ao todo perfazem um total de 239 turmas, atendendo a um contingente de 6.011 alunos em séries desde a Educação Infantil até ao 9º ano, como apresentado no Quadro 9, a seguir.

Neste projeto inovador, as cidades de Ceilândia e Planaltina despontam, respectivamente, com os maiores números de alunos, 1.073 e 1.035, seguida por Brasília, com 865 estudantes.

Cabe enfatizar que dentre as unidades que compõem o PROEITI, a Escola Classe 407 Norte, a Escola Classe 15 de Ceilândia e a Escola Classe IPÊ do Riacho Fundo estão incluídas no ranking das instituições que alcançaram média 6,0 ou mais no Ideb de 2011, o que salienta a importância do ensino integral como indutor de desenvolvimento.

Quadro 9 – Escolas do Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral (PROEITI), Distrito Federal – 2013.

Escolas	Modulação		
	Número de Turmas	Número de Alunos	Ano/Série
CEF 02 de Brasília	7	200	6º ao 7º
Escola Classe 05 do Cruzeiro	8	140	1º ao 5º
Escola Classe 08 do Cruzeiro	16	331	ed. inf. a 5º
Escola Classe 209 Sul	8	188	1º ao 5º
Escola Classe 407 Norte	7	182	1º ao 5º
Escola Classe 413 Sul	10	215	1º ao 5º
CEI 01 de Brasília	4	80	ed. infantil
CEF 20 de Ceilândia	18	540	6º ao 7º
Escola Classe 15 de Ceilândia	22	488	ed. inf. a 5º
CEI 10 do Riacho Fundo I	12	240	ed. infantil
CED 01 da Candangolândia	8	280	6º a 7º
CEF Vargem Bonita (Núcleo Bandeirante)	18	488	ed. inf. a 9º

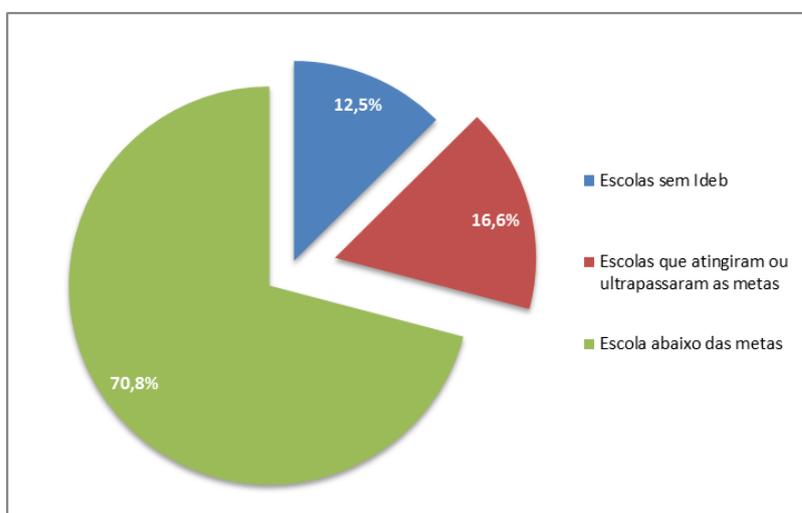
Escolas	Modulação		
	Número de Turmas	Número de Alunos	Ano/Série
Escola Classe Ipê (Riacho Fundo)	7	178	ed. Inf. a 5º
CEI 01 de Planaltina	12	240	ed. infantil
Escola Classe ETA 44 (Planaltina)	6	100	ed. inf. a 5º
CEF Arapoanga (Planaltina)	16	695	7º ao 9º
Escola Classe 01 do Porto Rico (Santa Maria)	15	400	1º ao 5º
Escola Classe C. das Corujas (Ceilândia)	3	45	1º ao 5º
Escola Classe 49 de Taguatinga	9	200	ed. infantil
CEI 210 de Samambaia	12	240	ed. infantil
EC Bucanhão (Brazlândia)	5	45	1º ao 5º
CAIC Prof. Benedito Carlos (Brazlândia)	16	496	ed. inf. a 5º

Fonte: Secretaria de Educação (SEDF), dados elaborados pela Codeplan.

Ideb 2011 das Escolas Públicas Distritais do Ensino Fundamental

O Distrito Federal conta, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com 384 escolas públicas distritais de Ensino Fundamental – séries iniciais que, de modo geral, vêm registrando evolução no desenvolvimento educacional desde 2005, ano em que se iniciou o Ideb. Constata-se, porém, conforme o Gráfico 8, que embora essas instituições tenham avançado bastante na elevação do desempenho, em 2011, ainda, verifica-se um volume expressivo de 70,8% de escolas que tiveram índices abaixo das metas. Já 16,6% atingiram ou ultrapassaram as metas e 12% não apresentaram o Ideb.

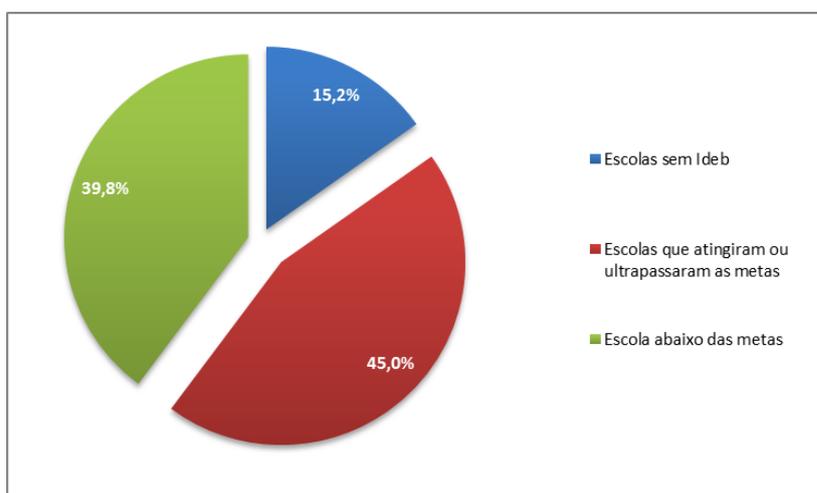
Gráfico 8 – Escolas Públicas Distritais, Ensino Fundamental – Anos iniciais, Ideb 2011, Distrito Federal.



Fonte: MEC/Inep, dados elaborados pela Codeplan.

Nos anos finais do Ensino Fundamental os percentuais melhoraram. Das 191 escolas, 45,0% alcançaram ou passaram do teto das metas, 39,8% ficaram abaixo das metas e 15,2% sem o índice, como apresentado na sequência, no Gráfico 9. Contudo, atrelado a esse comportamento, tem-se o fato de que o primeiro ciclo é visto com menor dificuldade e que, portanto, estipulam-se metas maiores. Para os anos finais e Ensino Médio ocorre o inverso, ou seja, as metas são menores, dado à complexidade dos estudos e à adaptação dos alunos por conta da mudança na relação com o professor, já que ele passa a ter um docente para cada disciplina.

Gráfico 9 – Escolas Públicas Distritais, Ensino Fundamental – Anos finais, Ideb 2011, Distrito Federal.



Fonte: MEC/Inep, dados elaborados pela Codeplan.

Após análise detalhada das instituições públicas estaduais que participaram do Ideb em 2011, constatou-se que 57 escolas do Ensino Fundamental – anos iniciais – apresentaram os melhores índices, considerados de 6,0 para cima. Destas, 22 se localizam na Região Administrativa de Brasília; 12 em Taguatinga; seis em Ceilândia; três em Sobradinho; duas no Gama e no Guará e apenas uma escola nas demais Regiões Administrativas do Distrito Federal, de acordo com o Quadro 10.

No universo em questão destacam-se os maiores desempenhos das escolas: EC 314 sul com a nota 7,1; EC 305 sul (7,0); EC do SMU e EC IPÊ (6,9); CEF 306 norte, EC 312 norte e EC 39 de Taguatinga (6,8); EC 113 norte, EC 308 sul e EC 03 do Paranoá (6,7); EC 106 norte, EC 108 sul e EC 304 norte (6,6).

Quadro 10 – Escolas Públicas Distritais de Ensino Fundamental – Anos iniciais que atingiram ou ultrapassaram o Índice 6,0 – Ideb 2011, Distrito Federal.

Nº	Código	Escola	RA	Ideb 2011
1	53001451	EC 102 SUL	Brasília	6,3
2	53001478	EC 106 NORTE	Brasília	6,6
3	53001486	EC 108 SUL	Brasília	6,6
4	53001508	EC 113 NORTE	Brasília	6,7
5	53001516	EC 114 SUL	Brasília	6,1
6	53001524	EC 115 NORTE	Brasília	6,1
7	53001532	EC 204 SUL	Brasília	6,1
8	53001540	EC 206 SUL	Brasília	6,4
9	53001575	EC 302 NORTE	Brasília	6,4
10	53001583	EC 304 NORTE	Brasília	6,6
11	53001605	EC 305 SUL	Brasília	7
12	53001613	CEF 306 NORTE	Brasília	6,8
13	53001621	EC 308 SUL	Brasília	6,7
14	53001630	EC 312 NORTE	Brasília	6,8
15	53001648	EC 314 SUL	Brasília	7,1
16	53001672	EC 316 SUL	Brasília	6,3
17	53001680	EC 403 NORTE	Brasília	6,3
18	53001710	EC 407 NORTE	Brasília	6
19	53001737	EC 410 SUL	Brasília	6,4
20	53001745	EC 411 NORTE	Brasília	6,1
21	53001761	EC 415 NORTE	Brasília	6
22	53001800	EC DO SMU	Brasília	6,9
23	53002814	EC 01 DO GAMA	Gama	6,2
24	53002857	EC 06 DO GAMA	Gama	6,1
25	53004035	EC 06 DE TAGUATINGA	Taguatinga	6,2
26	53004060	EC 11 DE TAGUATINGA	Taguatinga	6
27	53004078	EC 12 DE TAGUATINGA	Taguatinga	6,1
28	53004116	EC 17 DE TAGUATINGA	Taguatinga	6,5
29	53004124	EC 18 DE TAGUATINGA	Taguatinga	6,3
30	53004167	EC 24 DE TAGUATINGA	Taguatinga	6,4
31	53004175	EC 27 DE TAGUATINGA	Taguatinga	6
32	53004213	EC 39 DE TAGUATINGA	Taguatinga	6,8
33	53004221	EC 40 DE TAGUATINGA	Taguatinga	6,4
34	53004230	EC 41 DE TAGUATINGA	Taguatinga	6,3
35	53004248	EC 42 DE TAGUATINGA	Taguatinga	6
36	53004396	CEF 18 DE TAGUATINGA	Taguatinga	6,1
37	53005627	EC 01 DE SOBRADINHO	Sobradinho	6
38	53005660	EC 11 DE SOBRADINHO	Sobradinho	6,1
39	53005678	EC 12 DE SOBRADINHO	Sobradinho	6
40	53005805	EC SONHEM DE CIMA	Fercal	6
41	53006003	CEF 02 DE PLANALTINA	Planaltina	6,1
42	53006763	EC 03 DO PARANOÁ	Paranoá	6,7
43	53007000	EC IPE	Riacho Fundo	6,9
44	53007123	EC 03 DO NÚCLEO BANDEIRANTE	Núcleo Bandeirante	6,4

Nº	Código	Escola	RA	Ideb 2011
45	53007743	EC 15 DE CEILÂNDIA	Ceilândia	6,1
46	53007751	EC 16 DE CEILÂNDIA	Ceilândia	6
47	53007760	EC 17 DE CEILÂNDIA	Ceilândia	6
48	53007808	EC 21 DE CEILÂNDIA	Ceilândia	6,4
49	53007980	EC 45 DE CEILÂNDIA	Ceilândia	6,2
50	53008006	EC 47 DE CEILÂNDIA	Ceilândia	6,1
51	53008561	EC 01 DO GUARÁ	Guará	6,3
52	53008596	EC 05 DO GUARÁ	Guará	6,1
53	53008839	EC 05 DO CRUZEIRO	Cruzeiro	6,1
54	53009525	EC 01 SHI-SUL	Lago Sul	6
55	53009533	EC JARDIM BOTÂNICO	Jardim Botânico	6
56	53012054	CEF SANTOS DUMONT	Santa Maria	6,1
57	53012798	EC ASPALHA	Lago Norte	6,2

Fonte: MEC/Inep, dados elaborados pela Codeplan.

O Quadro 11 apresenta os resultados da avaliação individual das escolas do Ensino Fundamental – anos finais – que detêm metas e desempenhos menores do que o ciclo inicial, com classificação a partir do índice 5,0. Da relação encontrada, apenas oito escolas alcançaram o tal índice ou mais, no Ideb de 2011. Destas, cinco localizam-se na RA de Brasília e três, uma em cada, nas RAs de Brazlândia, Planaltina e Taguatinga.

Quadro 11 – Escolas Públicas Distritais de Ensino Fundamental – Anos finais que atingiram ou ultrapassaram o Índice 5,0 – Ideb 2011, Distrito Federal.

Nº	Código	Escola	RA	Ideb 2011
1	53000846	CEF 01 DE BRASILIA	Brasília	5
2	53000889	CEF 04 DE BRASILIA	Brasília	5,5
3	53000897	CEF 05 DE BRASILIA	Brasília	5,1
4	53000927	CEF POLIVALENTE	Brasília	5,6
5	53001702	CEF 405 SUL	Brasília	5,4
6	53004990	CEF 01 DE BRAZLÂNDIA	Brazlândia	5
7	53012666	CEF BONSUCESSO	Planaltina	5
8	53003535	CEF 15 DE TAGUATINGA	Taguatinga	5

Fonte: MEC/Inep, dados elaborados pela Codeplan.

Na sequência, inclui-se um resumo sobre o Censo 2011 e o Ideb, para as escolas públicas do Governo do Distrito Federal.

De acordo com o Censo Escolar 2011, existem 663 escolas de dependência distrital. Destas escolas, 647 estão em funcionamento, 11 estão paralisadas e cinco foram extintas no ano anterior.

As modalidades das escolas estão distribuídas de acordo com a tabela abaixo:

Modalidade	Quantidade de escolas
Atendimento Educacional Especializado*	446
Atividade Complementar**	222
Modalidade – Ensino Regular	627
Ensino Regular – Educação Infantil – Creche	37
Ensino Regular – Educação Infantil – Pré-escola	238
Ensino Regular – Ensino Fundamental – 8 anos	379
Ensino Regular – Ensino Fundamental – 9 anos	429
Ensino Regular – Ensino Médio – Médio	86
Ensino Regular – Ensino Médio – Integrado	1
Ensino Regular – Ensino Médio – Normal/Magistério	0
Ensino Regular – Ensino Médio – Ensino Profissional	5
Modalidade – Educação Especial – Modalidade Substitutiva	163
Educação Especial – Educação Infantil – Creche	1
Educação Especial – Educação Infantil – Pré-escola	44
Educação Especial – Ensino Fundamental – 8 anos	8
Educação Especial – Ensino Fundamental – 9 anos	126
Educação Especial – Ensino Médio – Médio	0
Educação Especial – Ensino Médio – Integrado	0
Educação Especial – Ensino Médio – Normal/Magistério	0
Educação Especial – Ensino Médio – Educação Profissional	0
Educação Especial – Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental	17
Educação Especial – Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio	0
Modalidade – Educação de Jovens e Adultos	114
Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental	85
Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio	55
Ensino Fundamental organizado em ciclos	53

Fonte: Censo Escolar 2012 – SEDF, dados elaborados pela Codeplan

* Todas as escolas que oferecem AEE não o oferecem exclusivamente.

** Dentre as escolas que oferecem AC, 209 não oferecem exclusivamente e 13 a oferecem exclusivamente.

Dentre as escolas que realizaram a Prova Brasil pelo menos uma vez, entre 2005 e 2011, 192 escolas realizaram a prova para os anos iniciais e 385 para os anos finais. A Prova Brasil em 2011 foi realizada por 163 escolas para os anos finais e por 337 escolas para anos iniciais.

O Quadro 12 apresenta o número de escolas que realizaram a Prova Brasil em 2011, para os anos iniciais e para os anos finais, por Região Administrativa:

Quadro 12 – Número de escolas que realizaram a Prova Brasil em 2011 – Anos iniciais e Anos finais, segundo a Região Administrativa (RA), Distrito Federal.

Região Administrativa	Escolas - Anos Iniciais	Escolas - Anos Finais
Águas Claras	1	0
Brasília	31	14
Brazlândia	14	7
Candangolândia	2	1
Ceilândia	58	25
Cruzeiro	4	1
Fercal	4	1
Gama	27	14
Guará	9	8
Itapoã	1	1
Jardim Botânico	1	0
Lago Norte	2	1
Lago Sul	2	1
Núcleo Bandeirante	5	3
Paranoá	11	5
Park Way	1	1
Planaltina	34	16
Recanto das Emas	17	11
Riacho Fundo	6	3
Riacho Fundo II	4	3
Samambaia	23	11
Santa Maria	13	9
São Sebastião	12	5
SCIA/Estrutural	2	0
SIA	0	0
Sobradinho	14	7
Sobradinho II	5	3
Sudoeste/Octogonal	1	0
Taguatinga	29	11
Varjão	1	0
Vicente Pires	2	0

Fonte: Censo Escolar 2012 – SEDF, dados elaborados pela Codeplan

Prioridades da Secretaria de Educação do Distrito Federal

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF compreende a Educação como direito público subjetivo que se consolida com a garantia de formação cidadã alicerçada na ética e na solidariedade, na liberdade para criar e expressar-se e, por fim, na justiça social. Sua finalidade é o pleno desenvolvimento de cidadãos críticos e comprometidos com a transformação social.

O projeto educacional da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal tem a finalidade de fortalecer o caráter público e democrático da escola, a construção do sentimento de pertencimento e da autoestima positiva dos estudantes, dos trabalhadores da Educação e de toda a comunidade das 651 escolas do Distrito Federal. Para tanto, a Secretaria implementa políticas que promovam a democratização do acesso, inclusão e a permanência dos estudantes no sistema público de ensino com qualidade social da Educação. Nesse sentido, segundo o Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal, Marcelo Aguiar, a SEDF elegeu três eixos prioritários para a gestão 2013-2014:

Acesso ao Sistema/Educação Infantil/Creches – alcançar a democratização do acesso de estudantes no sistema público de ensino com a construção de Creches/Centros de Educação da Primeira Infância - CEPIS para atendimento às crianças de zero a cinco anos, em tempo integral de dez horas. O total de escolas chega a 111, sendo que no primeiro semestre do ano letivo de 2014 serão inauguradas 50 unidades e outras 61 no segundo semestre. Outra ação para ampliação da oferta de mais 2.500 vagas na Educação Infantil é o Chamamento Público, em andamento, com vistas a ampliar a celebração de convênios com instituições sem fins lucrativos. A SEDF, seja na rede pública, seja nas instituições conveniadas, acompanha e supervisiona, sistematicamente, o atendimento educacional para a primeira infância do Distrito Federal.

Melhoria da Qualidade/Educação Integral – Investir na melhoria da qualidade da Educação Pública e atendimento à demanda social em regiões de vulnerabilidade. A Educação Integral prevê a ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola com atividades artísticas, recreativas e desportivas e com alimentação adequada. Em 2014, a Educação Integral será universalizada na Região Administrativa de Brazlândia, para se ter, assim, uma cidade com todas as escolas com Educação Integral, potencializando os impactos do programa naquela

comunidade. Além, é claro, de manter e aprimorar a educação desenvolvida nas 274 escolas que possuem algum tipo de jornada ampliada e nas 23 escolas com jornada de dez horas.

Inclusão educacional – Consolidar a inclusão dos estudantes. Não basta garantir apenas o acesso mas, também, investir em políticas públicas que garantam a permanência e o sucesso escolar das crianças, dos adolescentes e adultos. Retomar, neste segundo semestre de 2013, o Programa “Poupança Escola”, existente no DF no Governo Democrático e Popular entre 1995 e 1998, e que atenderá inicialmente os estudantes do Ensino Médio com depósitos mensais em conta poupança em nome do próprio aluno. Ao final do Ensino Médio, os estudantes que não forem reprovados em nenhum dos anos letivos retirarão o total depositado com juros e correção monetária. Esta política incentiva os estudantes a permanecerem na escola com dedicação aos estudos, repercutindo na melhoria de suas aprendizagens, além de abrir perspectivas de continuidade dos estudos, com a utilização dos recursos em atividades/cursos de formação continuada. Além disto, a Secretaria ampliará a oferta do “Cartão Material Escolar”, que permite à mãe dos alunos da rede pública a compra direta nas papelarias mais próximas de sua residência dos materiais didáticos para seus filhos. É um mecanismo de inclusão que contribui para elevar a autoestima dos estudantes atendidos pelos programas sociais do Governo, além de gerar renda e empregos nas cidades do Distrito Federal.

Além desses três eixos prioritários, a SEDF focalizará os seguintes programas/projetos:

a) **Programa DF Alfabetizado** - A meta é alfabetizar 98% da população jovem, adulta e idosa e declarar o Distrito Federal território livre do analfabetismo. Para isso, será implementado o Programa Bolsa-Alfa, que destinará uma bolsa mensal aos alunos e pagará, ao final do curso e se o aluno escrever um texto sem erros, mais uma bolsa.

b) **Educação Profissional** - construir cinco Escolas Técnicas ampliando a oferta do Ensino Médio Integrado; ampliar e reformar os quatro Centros de Educação Profissional tornando-os Centros de Ensino Médio Integrado, institucionalizando o PRONATEC; além da criação de política de contratação de professores da Educação Profissional no atual contexto do mundo do trabalho.

c) **Valorização dos servidores da SEDF** com a divulgação de projetos desenvolvidos pelos profissionais da Educação em seus espaços de trabalho; realização de pesquisa para levantar as expectativas e demandas dos servidores e criação de plano de saúde.

d) **Ampliação da discussão das políticas de Ciclos** para o Ensino Fundamental e Semestralidade para o Ensino Médio, com a realização de audiências/conferências com ampla participação da comunidade escolar, além de realização de pesquisas e avaliações para identificar os impactos dessas políticas na melhoria das aprendizagens dos estudantes.

Assim, o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Educação, assume o compromisso de construir coletivamente uma escola pública, democrática e de qualidade social, cuja expressão cultural esteja identificada com o espaço em que está inserida, compreendendo que é também responsabilidade da escola contribuir para a preservação do meio ambiente social e natural, como forma de garantir às gerações futuras, a convivência com o patrimônio cultural e ecológico, e às presentes, o usufruto da riqueza que esse patrimônio oferece.

Considerações Finais

É complexo analisar e afirmar as causas que levam os alunos de determinada escola a ter desempenhos classificados como melhores e piores, uma vez que, além da particularidade de cada estudante, diversas são as condicionantes sociais que envolvem o aluno, bem como a qualidade de ensino oferecida e a estrutura da escola onde é ofertada a educação. Os índices criados para acompanhar as metas de qualidade do ensino, diferenciadas e progressivas, variam conforme as instituições, que possuem especificidades por sua vez.

O universo de fatores considerados determinantes em uma avaliação educacional passa por elementos como localidade, condições físicas das escolas, infraestrutura básica e alimentar, recursos didáticos e tecnológicos, planejamento pedagógico adequado, capacitação do corpo docente, tempo dedicado ao estudo, acesso à internet, oferta de laboratório, biblioteca, áreas de esporte e recreação, transporte escolar e outros.

As desigualdades são marcantes entre regiões e entre as escolas públicas e privadas no Distrito Federal, como é de conhecimento público, e que, certamente, interferem na garantia de um padrão mínimo de qualidade. São inúmeras as variáveis que afetam direta e indiretamente de forma positiva ou negativa o rendimento escolar. Sabe-se que muitas escolas, sobretudo as públicas, dependendo do local, não possuem nem os requisitos mínimos

de infraestrutura e segurança dignos de uma instituição de ensino qualificado. Promover a educação requer a garantia de um ambiente com condições para que a aprendizagem possa ocorrer.

Dentre os aspectos mais marcantes deste trabalho, relacionam-se os seguintes pontos como reflexão:

- Em 2009, 65 países participaram do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), e o Brasil ocupou o 54º lugar. Os alunos do Distrito Federal foram os de melhor desempenho no exame, comparável aos obtidos pelo Chile, país citado no relatório do Pisa com o melhor resultado entre os latino-americanos.
- Consta no Distrito Federal um total de 1.108 estabelecimentos de Educação Básica – 632 são escolas públicas distritais, 466 privadas e dez públicas federais – a maior concentração é de escolas urbanas, em torno de 97%.
- A quantidade de escolas manteve-se praticamente sem alterações nos últimos três anos, o que induz à percepção de que houve uma estagnação na capacidade física capaz de absorver a população escolar certamente crescente.
- No Distrito Federal, as matrículas registradas em 2012 mantêm a tendência de declínio verificada em 2011, reflexo da retração de 3,0% ocorrida nas matrículas das escolas públicas urbanas do governo distrital. Em 2013, confirma-se a tendência de redução das matrículas.
- As matrículas nas escolas federais urbanas, embora pouco expressivas, destacam-se pelo crescimento substancial (60% em relação a 2011), assim como foram crescentes as matrículas da rede privada e nas escolas rurais.
- No Distrito Federal, em 2011, foram registradas taxas de aprovação de 88,1% no Ensino Fundamental e 74,2% no Ensino Médio, ficando as taxas de reprovação com 10,8% e 18,5%, respectivamente. A taxa de abandono no Ensino Fundamental se mostrou pequena (1,1%), enquanto que no Ensino Médio observa-se um índice mais acentuado de 7,3%.
- A rede federal é responsável pelos melhores indicadores no Distrito Federal – em 2011, os índices de aprovação (94,2%), reprovação (5,8%) e taxa de abandono praticamente zero, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio.
- As taxas médias de distorção série-idade (percentual de alunos com idade superior à recomendada em cada nível de ensino), em 2011, no Distrito Federal, são de 17,3% para o Ensino Fundamental e de 28,0% para o Ensino Médio – *resultados preocupantes especialmente*

quando se analisa as escolas do governo distrital, com taxas de 21,7% para o Ensino Fundamental e de 35,5% para o Ensino Médio.

- No Distrito Federal, os índices de desempenho do Ideb alcançados em 2011, no Ensino Fundamental – anos iniciais (5,7) e anos finais (4,4) –, mostram uma evolução desde 2005 e uma superação de todas as metas nos anos de 2007, 2009 e 2011. No Ensino Médio, os índices ultrapassaram as metas de 2007 e 2009 e, em 2011, manteve a taxa de 3,8 alcançada em 2009, porém um pouco abaixo da meta de 3,9 e inferior ao índice alcançado em 2007 – *embora o DF tenha um dos melhores desempenhos educacionais do país, superando as notas nacionais em todas as fases do Ideb, ainda precisa melhorar, sobretudo, na segunda fase do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.*

- De acordo com o MEC/Inep, são 384 escolas públicas distritais – séries iniciais. Destas, um volume expressivo de 70,8% tiveram índices abaixo das metas, 16,6% atingiram ou ultrapassaram as metas, e 12% não apresentaram o Ideb.

- Das 191 escolas que ofertam Ensino Fundamental – anos finais –, registradas pelo MEC/Inep, 45,0% alcançaram ou passaram do teto das metas do Ideb, 39,8% ficaram abaixo das metas e 15,2% sem o índice.

- Das instituições públicas estaduais que participaram do Ideb em 2011, 57 escolas do Ensino Fundamental – anos iniciais – apresentaram índices 6,0 ou superior. Destas, 22 se localizam na RA de Brasília; 12 em Taguatinga; seis em Ceilândia; três em Sobradinho; duas no Gama e no Guará e apenas uma escola nas demais cidades.

- Das escolas do Ensino Fundamental – anos finais – apenas oito escolas alcançaram índice 5,0 ou mais no Ideb de 2011 e, destas, cinco localizam-se em Brasília e 01 nas cidades de Brazlândia, Planaltina e Taguatinga.

Fontes de Pesquisas

MEC- <http://portal.mec.gov.br>

Inep- <http://portal.inep.gov.br>

SE- <http://portal.se.gov.df>

Revista “Em Discussão” do Senado Federal, ano 4 nº 14 de fevereiro de 2013.

Livro do IPEA, 2012 “Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida 2”

“Educação: Uma Agenda Urgente”, reflexões do Congresso Internacional, Brasília, setembro de 2011.

Pradime: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação / Ministério da Educação.

Secretaria de Educação Básica. – Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

Anexo

ESCOLAS QUE NÃO RECEBERAM Ideb 2011

As escolas de educação básica, para as quais o Ideb 2011 não foi calculado, enquadram-se em uma das seguintes situações, a saber:

- A. Escolas particulares,
- B. Escolas exclusivamente de Educação Profissional,
- C. Escolas exclusivamente de Educação de Jovens e Adultos,
- D. Escolas exclusivamente de Educação Especial,
- E. Escolas públicas que oferecem ensino fundamental regular e que não realizaram a Prova Brasil/Saeb por terem menos de 20 alunos matriculados nas séries avaliadas (4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano), conforme declaração prestada ao Censo Escolar 2011.
- F. Escolas pertencentes às redes municipais e que não aderiram à Prova Brasil 2011.
- G. Escolas que realizaram a Prova Brasil/Saeb 2011, mas não prestaram informação ao censo Escolar sobre os alunos aprovados e, por isso, não tiveram a taxa de aprovação calculada.
- H. Escolas em que o número de alunos participantes da Prova Brasil 2011 foi inferior a dez ou não alcançaram 50% dos alunos matriculados na série avaliada, posto que, do ponto de vista metodológico, tal contingente não refletiria o resultado de toda a escola.
- I. Escolas que, segundo Portaria Inep nº 410, de 03 de novembro de 2011, que estabelece que “Os municípios que implantaram o Ensino Fundamental de nove anos em 2008 poderão requerer ao Inep a não divulgação de seus resultados na Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc (Prova Brasil) 2011 e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb 2011 até o final do mês de fevereiro de 2012”.